

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.235 - PE (2019/0302197-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : LUCIMARIO ANTONIO DA SILVA E OUTROS**  
**ADVOGADOS : LUCIMÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - PE036934**  
**DANILLO JOSÉ DOS ANJOS GOMES - PE037784**  
**ANNE CIBELLY SALDANHA DA SILVA - PE037444**  
**ZORAYKA ELCHY DE SALES - PE037831**  
**MARIA IZABEL FLORÊNCIO DOS SANTOS GOMES -**  
**PE037607**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : DIEGO LEITE DA SILVA (PRESO)**  
**PACIENTE : WADMES JOSE DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DIEGO LEITE DA SILVA e WADMES JOSÉ DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferido no HC n.º 0529902-2.

Consta dos autos que os Pacientes foram presos preventivamente, em **26/04/2018**, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, do Código Penal.

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 35-41).

Neste *writ*, os Impetrantes alegam a ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa e ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor dos Pacientes.

É o relatório inicial. Decido.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

Quanto aos fundamentos da prisão preventiva, verifica-se que, quanto ao Paciente DIEGO LEITE DA SILVA, o *writ* originário sequer foi conhecido, pois se tratava de reiteração de pedido. Também nesta Corte, a questão relativa aos requisitos da prisão do referido Paciente está sendo apreciada nos autos do HC 515.407/PE, de forma que se mostra inadmissível a impetração no ponto.

# Superior Tribunal de Justiça

No que se refere à prisão do Paciente WADMES JOSÉ DOS SANTOS, verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, em face da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais que comprovem o alegado na inicial – **não colacionou cópia da decisão que decretou a preventiva e está ilegível a decisão que indeferiu o pedido de revogação da custódia cautelar** –, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe de 28/02/2013.

Quanto ao alegado excesso de prazo, observo que a Sexta Turma desta Corte, em recente julgado, ocorrido em 13/08/2019, examinando *habeas corpus* impetrado em favor do Paciente DIEGO, afastou a ocorrência de ilegalidade, nos termos da seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. TRÂMITE REGULAR. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.**

*1. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual eles têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante.*

*2. O processo não se encontra parado. Consta dos autos que o Paciente se encontra preso preventivamente desde 26/04/2018. A denúncia foi recebida em 27/03/2018. Em 03/08/2018, o Acusado apresentou sua defesa. Por falta de escolta policial, a audiência designada para o dia 19/12/2018 foi remarcada para o dia 13/03/2019, tendo sido realizada e abrindo-se vista para alegações finais.*

*3. Conforme entendimento desta Corte: 'Os prazos processuais não têm as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais' (HC 416.896/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe de 01/02/2018.)*

*4. Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não têm o condão de, por si sós,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*desconstituir a custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema.*

*5. Ordem de habeas corpus denegada."*

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações do Juízo de primeira instância, para que esclareça sobre o alegado excesso de prazo na formação da culpa, solicitando-lhe, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora